



Demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de junho de 2025

São Paulo/SP, 31 de agosto de 2025

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 2, estamos encaminhando o arquivo eletrônico contendo os documentos abaixo elencados e que compõem as seguintes Demonstrações Financeiras do KLUBI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.:

- I. Relatório da Administração;
- II. Balanço Patrimonial;
- III. Demonstração de Resultado;
- IV. Demonstração do Resultado Abrangente;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VII. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VIII. Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- IX. Notas Explicativas;
- X. Relatório do Auditor Independente.

Informamos que estes mesmos documentos serão devidamente publicados e divulgados através de remessa eletrônica do documento INF9011, conforme o que dispõe a Instrução Normativa BCB nº 236 e divulgados no nosso site da instituição: www.klubi.com.br.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas pela empresa ANDRADE AUDITORES INDEPENDENTES.

EDUARDO
RODRIGUES
ROCHA:1625610084
0

Assinado de forma digital
por EDUARDO RODRIGUES
ROCHA:16256100840
Dados: 2025.10.07 14:30:38
-03'00'

ANDERSON
CLEYTON DA
SILVA:02815843978

Assinado de forma digital
por ANDERSON CLEYTON
DA SILVA:02815843978
Dados: 2025.10.01
16:37:08 -03'00'

Eduardo Rodrigues Rocha

Diretor Presidente

ANDERSON CLEYTON DA SILVA

Diretor

SHASHIKANT
RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894

Digitally signed by SHASHIKANT
RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894
Date: 2025.09.30 13:39:01 -03'00'

SHASHIKANT SHARMA

Contador 1SP 310.993/O-4

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA

O Klubi Administradora de Consórcio Ltda. (“Companhia” ou “Klubi”) apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de junho de 2025, acompanhada das Demonstrações Consolidadas do Grupo de Consórcio e o relatório dos Auditores Independentes, elaborados de acordo com os procedimentos específicos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Klubi foi constituído em abril de 2021 e iniciou suas operações em dezembro do mesmo ano, sendo sua principal atividade a administração de grupos de consórcios a partir de uma experiência simples, transparente e segura, com ênfase na inovação e uso de tecnologia para garantir uma jornada diferenciada a todos os nossos membros.

A diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras apresentadas e permanece ao inteiro dispor dos stakeholders para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

São Paulo/SP, 31 de agosto de 2025.

EDUARDO
RODRIGUES
ROCHA:1625610
0840

Assinado de forma digital
por EDUARDO
RODRIGUES
ROCHA:16256100840
Dados: 2025.10.07
14:23:45 -03'00'

Eduardo Rodrigues Rocha

Diretor Presidente

ANDERSON
CLEYTON DA
SILVA:02815843
978

Assinado de forma
digital por ANDERSON
CLEYTON DA
SILVA:02815843978
Dados: 2025.10.01
16:20:31 -03'00'

ANDERSON CLEYTON DA SILVA

Diretor

SHASHIKANT
RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894

Digitally signed by SHASHIKANT
RADHEYSHYAM
SHARMA:23278426894
Date: 2025.09.30 13:39:29 -03'00'

SHASHIKANT SHARMA

Contador 1SP 310.993/O-4

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

ATIVO	06/2025	12/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.321	33.816
Contas a receber	2.069	255
Adiantamentos	196	168
Impostos a recuperar	537	292
Outras contas a receber	2.808	419
Total do ativo circulante	23.931	34.950
Não circulante		
Outras contas a receber L/P	505	448
Imobilizado	644	686
Total do ativo não circulante	1.149	1.134
Total do ativo	25.080	36.084

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

PASSIVO	06/2025	12/2024
Circulante		
Fornecedores	2.132	953
Obrigações trabalhistas	2.878	2.257
Obrigações tributárias	1.431	717
Outras contas a pagar	3.153	3.344
Empréstimo C/P	1.250	1.189
Total do passivo circulante	10.844	8.460
Não Circulante		
Prov. Contigencia Civeis	625	625
Empréstimo L/P	2.611	3.126
Total do passivo não circulante	3.236	3.751
Patrimônio Líquido		
Capital	88.500	88.500
Adto p/aumento de capital	-	-
Prejuízo acumulado	(77.500)	(64.627)
Total do Patrimônio Líquido	11.000	23.873
Total do passivo	25.080	36.084

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

	1º Semestre 2025	1º Semestre 2024
Receita Operacional		
Receita prestação de serviços	34.200	11.871
Resultado de operações de titulos e valores mobiliarios	1.612	462
Outras Receitas	159	-
 Despesas Operacionais		
Despesa com pessoal	(11.444)	(9.855)
Gerais e administrativas	(36.415)	(12.653)
 Resultado Operacional	(11.888)	(10.175)
 Resultado não operacional	(985)	(393)
 Resultado antes da tributação sobre o resultado	(12.873)	(10.568)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
 Lucro e Prejuízo do período	(12.873)	(10.568)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de reais)

	06/2025	12/2024
Prejuízo do exercício	(12.873)	(20.537)
Outros resultados abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	(12.873)	(20.537)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

	1º Semestre 2025	1º Semestre 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(12.873)	(10.568)
Prejuízo do exercício	72	71
Depreciação de ativo imobilizado	(12.801)	(10.498)
Resultado Líquido Ajustado		
(Aumento) / Redução nos ativos operacionais		
Imobilizado	(30)	(47)
Contas a receber	(1.814)	249
Impostos a recuperar	(245)	(132)
Adiantamentos	(28)	5
Outras contas a receber	(2.446)	(261)
Aumento / (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.179	375
Outras contas a pagar	(191)	931
Obrigações trabalhistas e sociais	621	457
Obrigações tributárias	713	234
Contingência Cíveis	-	208
Empréstimos	(453)	2.572
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(15.495)	(5.907)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aumento de capital	-	-
Adto. p/ aumento de capital	-	1.500
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	(15.495)	(4.407)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(15.495)	(4.407)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.816	12.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.321	8.212
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(15.495)	(4.407)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	88.500	(64.627)	23.873
Aumento de Capital	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(12.873)	(12.873)
Saldos em 30 de junho de 2025	88.500	(77.500)	11.000

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(em milhares de reais)

	06/2025	12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	86.866	52.665
Disponibilidades	7.050	6.831
Depósitos Bancários	7.050	6.831
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.110	12.961
Disponibilidade do Grupo	663	-
Vinculadas a Contempl. – Demais Aplicações	18.447	12.961
Outros Créditos	60.706	32.872
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	60.706	32.872
*Normais	60.178	32.758
*Em Atraso	528	114
COMPENSAÇÃO	2.579.391	996.551
Prev. Mensal de Recursos a Receber Consorc.	9.435	6.316
Contribuições Devidas ao Grupo	1.287.032	495.943
Valor de Bens ou Serviços a Contemplar	1.282.924	494.293
TOTAL GERAL DO ATIVO	2.666.256	1.049.215

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(em milhares de reais)

	06/2025	12/2024
PASSIVO		
CIRCULANTE	86.866	52.665
Obrigações com Consorciados	56.598	31.222
Recebimentos não identificados	-	-
Contr. Consorciados não Contemplados	56.598	31.223
 Valores Repassar	 182	 325
Taxa de Administração	161	325
Prêmios de seguros	-	0
Multas e juros moratórios	20	0
 Obrigações p/ Contemplações a Entregar	 18.707	 14.558
Consorciados contemplados ativos	18.433	-
Consorciados contemplados excl./desl	274	-
 Recursos a Devolver a Consorciados	 11.464	 6.717
Ativos - em andamento	27	3
Desistentes ou Excluidos	11.437	6.714
 Recursos do Grupo	 (85)	 (158)
Rend. Aplicações Financeiras	236	195
Multa e Juros Moratórios Retido	201	99
Multa Rescisória Retida	640	455
Atualização de Direitos	3.405	2.205
(-) Atualização de Obrigações	(4.567)	(3.112)
 COMPENSAÇÃO	 2.579.391	 996.551
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	9.435	6.316
Obrigações do Grupo por Contribuições	1.287.032	495.943
Bens ou Serviços a Contemplar	1.282.924	494.293
 TOTAL GERAL DO PASSIVO	 2.666.256	 1.049.215

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VIII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

(em milhares de reais)

	1º Semestre 2025	Acum.	1º Semestre 2024	Acum.
Disponibilidade Inicial	19.792	-	5.667	-
Caixa	-		-	
Depósitos Bancários	6.831		76	
Aplicações Financeiras do Grupo	-		1.476	
Aplic. Financ. Vinc. a Contemplações	12.961		4.115	
(+) Recursos Coletados	117.311	289.322	50.929	103.872
Contribuições Aquisição de Bens	75.414	193.108	36.277	74.760
Taxa de Administração	37.209	93.439	12.730	28.116
Contribuição ao Fundo Reserva	-	-	-	-
Rend. De Aplic. Financeiras	903	2.362	379	892
Multas e Juros Moratórios	205	402	53	94
Prêmios de Seguros	- 0	11	0	11
Custas Judiciais	-	-	-	-
Outros	3.582	-	1.489	-
(-) Recursos Utilizados	473.544	263.163	43.255	90.532
Aquisição de Bens	70.254	168.383	29.215	62.048
Taxa de Administração	402.880	93.277	13.844	28.116
Multas e Juros Moratórios	82	180	28	47
Prêmios de Seguros	-	11	0	11
Devol. a Consorciados Desligados	328	1.311	169	310
Outros	-	-	-	-
Disponibilidade Final	26.159	26.159	13.341	13.341
Caixa	-	-	-	-
Depósitos Bancários	7.050	7.050	2.520	2.520
Aplicações Financeiras do Grupo	663	663	1.207	1.207
Aplic. Financ. Vinc. a Contemplações	18.447	18.447	9.614	9.614

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IX - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

O Klubi Administradora de Consórcio Ltda. (“Companhia”) com sede R. Eugênio de Medeiros, 242 - Pinheiros, São Paulo - SP, uma empresa de responsabilidade limitada, constituída em 19 de abril de 2021, com autorização do Banco Central do Brasil expedida em 25 de março de 2021.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de administração de consórcios para aquisição de bens e diretos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as práticas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), aplicáveis às entidades financeiras, e de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil (BACEN), observando-se a Lei 11.795/2008, que rege as sociedades administradoras de consórcio, a Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, que consolida os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, a Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, Lei 4.595/1964, subsidiariamente a Lei 10.406/2002.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras é o Real (R\$), por refletir mais adequadamente o ambiente econômico de atuação da Companhia. A moeda de apresentação também é o Real (R\$). Os ativos e passivos são convertidas, quando existentes em moeda diversa, para o Real (R\$). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, sendo as estimativas e premissas revistas de maneira contínua e as mudanças reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa inclui a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos conforme Nota 3.7

3. Resumo das principais práticas contábeis da Administradora

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados ao custo e correspondem aos depósitos bancários que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até a data-base de cada balanço.

3.2 - As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais.

3.3 - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instalações e benfeitorias	5
Computadores e acessórios	5

3.4 - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor a ser reconhecimento como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 - O passivo circulante e não circulante são representados por contas a pagar a fornecedores e estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A provisão para férias é constituída com base no direito adquirido dos empregados e inclui as vencidas e proporcionais até a data do balanço e os encargos sociais correspondentes.

3.6 - O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que a receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.7 - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços de tecnologia da informação no curso normal das atividades da Companhia. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida dos tributos.

3.8 - Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia.

As aplicações financeiras são constituídas pela aplicação em fundo de resgate imediato no Banco Itaú Unibanco S.A., cuja taxa média de rentabilidade está em linha com a praticada pelo mercado, estão classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, demonstradas ao valor de mercado, acrescido, quando aplicável, dos juros auferidos até a data do balanço patrimonial, calculados pro rata temporis pelo método da taxa efetiva de juros.

	06/2025	12/2024
Saldo conta corrente Itaú	335	4
Aplicação CDB-DI	55	5.048
Aplicação LF-DI	17.931	28.765
	18.321	33.816

5. Contas a Receber

Refere-se ao saldo a repassar da taxa de administração e outros valores a receber.

	06/2025	12/2024
Taxa de administração a repassar	2.027	255
Outras contas a receber	43	-
	2.069	255

6. Adiantamentos

Referem-se aos saldos adiantado para fornecedores que estão pendentes de documentos, a administração acompanha este saldo de perto. Já os adiantamentos a funcionários são referentes a pagamento de férias e de reembolsos de despesas que os funcionários ainda não prestaram conta. Os valores serão liquidados nos próximos meses.

	06/2025	12/2024
Adiantamento a fornecedores	125	112
Adiantamento folha de pagamento	53	42
Adiantamento despesas reembolsáveis	17	14
	196	168

7. Créditos

Referem-se ao imposto de renda sobre aplicação financeira e saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores.

	06/2025	12/2024
Impostos a recuperar	537	292

8. Outras contas a receber

No curto prazo encontra-se as despesas antecipadas, e no longo prazo referem-se a cotas adquiridas pela administradora.

	06/2025	12/2024
Cotas adquiridas pela Adm.	2.831	448
Seguro a apropriar	66	77
IPTU a apropriar	67	-
Despesas antecipadas	1	3
Depósito caução	327	327
Outros créditos	20	12
	3.313	867

9. Imobilizado

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, ao final de cada exercício.

	06/2025	12/2024		
	Aquisição	Depreciação	Líquido	Depreciação
Máquinas e equipamentos	87	(25)	62	66
Móveis e utensílios	694	(197)	497	500
Instalações e benfeitorias	221	(151)	70	102
Computadores e acessórios	17	(2)	15	16
	1.019	(375)	644	685

10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia.

	06/2025	12/2024
Fornecedores	2.132	953

11. Salários e encargos sociais

Referem-se aos encargos sociais e imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamentos e saldos de provisões de férias e correspondentes encargos sociais.

	06/2025	12/2024
Obrigações trabalhistas	1.032	1.007
Provisões trabalhistas	1.846	1.250
	2.878	2.257

12. Outras contas a pagar

Referem-se a pagamentos entre as empresas do grupo.

	06/2025	12/2024
Outras contas a pagar	3.153	3.344

13. Provisão de contingências

Esta provisão de contingência cível refere-se ao valor que a empresa está estimando como possível perda em caso de processo contra a mesma.

14. Empréstimos

Os empréstimos adquiridos em decorrência da necessidade do aumento do fluxo de caixa. Contratados com a instituição financeira do Banco Itaú Unibanco com o título de capital de giro FGI.

15. Patrimônio líquido

O capital da Companhia é no valor de R\$ 88.500.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional equivalente a 88.500.000,00 (oitenta e oito milhões e quinhentos mil) de quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) conforme consta na alteração contratual da seguinte forma:

	Porcentagem
Klubi Participações S.A.	100%

16. Principais práticas contábeis dos grupos de consórcio

16.1 - As aplicações financeiras vinculadas representam os recursos disponíveis, que ainda não foram utilizados pelos grupos, aplicados em cotas de fundos junto ao Banco Itaú segundo determinações do Banco Central.

16.2 - Os rendimentos líquidos das aplicações auferidos até a data do balanço são incorporados ao saldo da aplicação e rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

16.3 - As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos consolidadas representam os registros de direito e obrigações a partir das demonstrações individuais de cada grupo.

- a) direitos com consorciados contemplados regista os valores a receber a título de fundo comum dos consorciados já contemplados;
- b) as obrigações com consorciados regista as contribuições acrescidos de rendimentos financeiros;
- c) obrigações por contemplações a entregar são os valores relativos dos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras;
- d) os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa;
- e) os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio;
- f) os recursos utilizados representam desembolsos efetuados para pagamentos de bens, de cotas contempladas.
- g) a taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio, que varia de acordo com a espécie do bem.

17. Limite de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido no artigo 8º da Resolução Bacen nº 234, de 01/07/2023, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado obtido através dos seguintes fatores:

	06/2025	12/2024
Disponibilidade do Grupos	26.159	19.792
(-) Aplicação Financeira Vinc.Contempl.	(18.447)	(12.961)
Passivo Circulante da Administradora	14.080	12.211
Resultado	21.793	19.043
Divisor - Fator de Apuração de Limite de Crédito	6	6
Resultado Patrimônio Líquido	3.632	3.174
Patrimônio Líquido Mínimo Exigido - BACEN	400	400
Patrimônio Líquido	23.873	34.073
(+) Contas de Resultado Credoras (conta 7.0.0.00.00-9)	41.800	26.033
(-) Contas de Resultado Devedoras (conta 8.0.0.00.00-6)	(54.673)	(36.234)
(-) Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
(-) Lucros Distribuídos	-	-
Patrimonio Líquido Ajustado	11.000	23.873

18. Grupos de consórcio e informações complementares

Auto e Serviços

	06/2025	12/2024
Grupos Ativos	55	36
Consorciados Ativos	57.295	39.263
Cotas Ativas a Contemplar	50.001	36.655
Bens Entregues	6.451	1.964
Bens Pendentes de Entrega	843	644
Planos Quitados	1.454	263
Excluidos	102.685	53.563
Participantes inadimplentes não contemplado	17.744	13.970
% Taxa de inadimplentes não contemplado	35,5%	38,1%
Participantes inadimplentes contemplado	730	124
% Taxa de inadimplentes contemplado	11,3%	6,3%

Imóvel

	06/2025	12/2024
Grupos Ativos	1	-
Consorciados Ativos	3.152	-
Cotas Ativas a Contemplar	3.123	-
Bens Entregues	22	-
Bens Pendentes de Entrega	7	-
Planos Quitados	6	-
Excluidos	164	-
Participantes inadimplentes não contemplado	140	-
% Taxa de inadimplentes não contemplado	4,5%	0,0%
Participantes inadimplentes contemplado	1	0
% Taxa de inadimplentes contemplado	4,5%	0,0%

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas nos registros contábeis e estão restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

20. Eventos subsequentes

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 120/2021, a Companhia informa que já iniciou os levantamentos e providências necessárias para a adequação às exigências dos Pronunciamentos Contábeis CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A partir do segundo semestre do exercício de 2025, os efeitos decorrentes da adoção desses normativos passarão a ser refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em fase de avaliação detalhada dos impactos contábeis e operacionais, não sendo possível, neste momento, estimar de forma definitiva os efeitos quantitativos da adoção.

X - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da
KLUBI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
São Paulo - SP

Prezados Senhores

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da KLUBI Administradora de Consórcio Ltda, em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da KLUBI Administradora de Consórcio Ltda., em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2025 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os semestres e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Contábeis

Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços

A Administradora não observou as disposições da Resolução BCB N° 120, emitida pelo Banco Central do Brasil em 27 de julho de 2021, que dispõe sobre a necessidade, por parte das administradoras de consórcio, de reconhecer e mensurar contabilmente as suas receitas e prestação de serviços em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 47 Receita de Contrato (CPC 47). Desta forma, não foi possível verificar com procedimentos alternativos de auditoria os efeitos nas demonstrações contábeis da Sociedade decorrente da não observância do CPC 47 em junho 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- *Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.*
- *Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.*

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 23 de setembro de 2025.



Luis Eduardo Azevedo

Auditor

CNAI – 4382

CRC - 1SP292909/0

CPF - 306.779.788-47

Arlindo Leal de Andrade

Auditor Assistente

CRC - 1SP114789/0-3